

c) Cumprir com as regras de transporte (quando necessário) disponibilizado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira;

d) O incumprimento injustificado dos deveres elencados no número anterior, poderá ser entendido como desistência do/a candidato/a e/ou Conselheiro/a(s).

Artigo 16.º

Reuniões

1 — As reuniões do executivo do “Jovem Autarca”[®] e seus/suas Conselheiro/a(s) terão lugar nas instalações na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sendo a gestão da disponibilidade de agenda e organização de espaço da responsabilidade dos técnicos que acompanham o projeto.

2 — As reuniões do executivo do “Jovem Autarca”[®] e seus/suas Conselheiro/a(s) decorrem em dia e horário não letivo, não interferindo assim com as atividades académicas.

3 — Em período de exames, assim como de interrupção letiva, a calendarização das reuniões é redefinida entre o executivo do “Jovem Autarca”[®] e seus/suas Conselheiro/a(s) e o/a(s) Técnico/a(s) que acompanham o mesmo, cumprindo o princípio de conciliação e minimização de interferência com as atividades curriculares e académicas.

4 — Nas reuniões participam o/a “Jovem Autarca”[®] eleito/a, o/a Primeiro/a Vereador/a, o/a Segundo/a Vereador/a e o/a(s) jovens Conselheiro/a(s) que, não tendo sido eleitos, decidem, voluntariamente, assumir o compromisso de fazer parte da equipa “Jovem Autarca”[®].

5 — As reuniões são presididas pelo/a “Jovem Autarca”[®] eleito/a sendo que em caso de ausência deste, serão presididas pelo/a Primeiro/a ou Segundo/a Vereador/a, por ordem de eleição.

6 — Pugnando pelo princípio democrático, na ausência de consenso em assuntos de relevo para o grupo, o/a “Jovem Autarca”[®] eleito/a tem voto de qualidade.

7 — Nas reuniões estarão sempre presentes um/a ou dois/duas Técnico/a(s) designado/a(s) pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que integram a equipa responsável pelo projeto “Jovem Autarca”[®], assumindo o papel de facilitadores/as do processo.

Artigo 17.º

Convites e Representações

1 — Sempre que solicitada a presença do/a representante do projeto “Jovem Autarca”[®] em qualquer evento, atividade ou iniciativa, a representação será assumida pelo/a “Jovem Autarca”[®] eleito/a.

2 — Na impossibilidade de estar presente, deverá fazer-se representar pelo/a Primeiro/a ou Segundo/a Vereador/a, por ordem de eleição, ou um/a Jovem Conselheiro/a, consoante o âmbito da solicitação e decisão da equipa.

3 — A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira assegura transporte do executivo do “Jovem Autarca”[®] e seus/suas Conselheiro/a(s), sempre que se considerar necessário, e que atempadamente comunicado de forma a providenciar a devida articulação logística.

4 — O executivo do “Jovem Autarca”[®] e seus/suas Conselheiro/a(s) será sempre acompanhado/a(s) de um/a ou mais Técnico/a(s) responsáveis pelo projeto.

Artigo 18.º

Formações e Outras Atividades

1 — Respeitando a natureza pedagógica do projeto “Jovem Autarca”[®], ao longo do período de mandato decorrerá, pelo menos, um momento de formação/capacitação, tendo ainda lugar algumas iniciativas, encontros e/ou visitas concernentes com o objetivo que subjaz o projeto.

2 — Para o efeito é salvaguardado o contacto com o/a encarregado/a de educação de cada jovem, sendo providenciado pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira o transporte, alimentação e/ou alojamento, sempre que se considerar necessário.

Artigo 19.º

Lacunas e Omissões

Fora dos casos previstos no presente Regulamento, e sempre que subsistirem dúvidas nas normas estatuídas ou omissões, estas serão decididas por deliberação de Câmara Municipal, com recurso às normas gerais de interpretação e integração previstas na lei civil em vigor.

Artigo 20.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 1.º dia útil imediatamente seguinte ao da sua publicação nos termos da lei.

311581553

MUNICÍPIO DE SETÚBAL

Aviso n.º 12096/2018

Cessação do exercício de funções no Gabinete de Apoio à Vereação

Na qualidade de vereadora com competência delegada, conferida pela Senhora Presidente da Câmara através do Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho, torna-se público que, por despacho da Presidente da Câmara, de 26 de julho de 2018, foi determinada a exoneração da licenciada Ana Luísa de Campos Domingos, para o exercício das funções de Adjunta do Gabinete de Apoio à vereação, com efeitos desde 16 de julho de 2018, ao abrigo do disposto no artigo 43.º, n.º 4, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Vereadora com competência delegada pelo Despacho n.º 154/2018/GAP, de 25 de julho.

8 de agosto de 2018. — A Vereadora, *Carla Guerreiro*.

311586462

MUNICÍPIO DE TOMAR

Aviso n.º 12097/2018

Anabela Gaspar de Freitas, Presidente da Câmara Municipal de Tomar, torna público que em 29 de junho de 2018, a Assembleia Municipal de Tomar aprovou, em conformidade com o disposto no n.º 1, do artigo 90.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJGT), a proposta de Alteração do PDM de Tomar no âmbito do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Em conformidade com o disposto na alínea f), do n.º 4, do artigo 191.º, do RJGT, publica-se a deliberação da Assembleia Municipal de Tomar e a alteração do PDM de Tomar, que consiste numa alteração ao seu regulamento, nomeadamente no que concerne à epígrafe do Capítulo XIX e ao artigo 58.º, introduzindo ainda um quadro com a listagem dos pedidos de regularização, o Capítulo XX e o artigo 59.º

2 de agosto de 2018. — A Presidente da Câmara Municipal, *Anabela Gaspar de Freitas*.

Deliberação

3.ª Sessão ordinária, de 29 de junho de 2018

Entrando no Ponto Um da Ordem de Trabalhos — Discussão e votação da Deliberação de Câmara tomada em reunião de 14.05.2018, sobre a «Alteração do Plano Diretor Municipal de Tomar, no âmbito do regime extraordinário da regularização de atividades económicas», ao abrigo do n.º 1, do artigo 90º e do artigo 119 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio; (Grelha A de Tempos a que se refere o n.º 4 do artigo 35.º do Regimento da A.M.) o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação, tendo sido aprovada com dezoito votos a favor do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do Senhor Deputado Municipal Américo da Conceição Pereira, Presidente da União de Freguesias de Serra e Junceira, dos Independentes do Nordeste e dez abstenções do Partido Social Democrata.

Esta Deliberação foi tomada em minuta.

Tomar, 29 de junho de 2018. — O Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Fortunato Pereira*. — O Primeiro Secretário em exercício, *António Eduardo G. Costa Marques*.

Alteração ao Plano Diretor Municipal de Tomar no âmbito do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE)

O procedimento simplificado de alteração ao Plano Diretor Municipal de Tomar no âmbito do RERAE traduz-se numa alteração ao seu Regulamento, de acordo com o seguinte conteúdo:

a) O Capítulo XIX passa a ter outra epígrafe, tratando-se de matéria de natureza excecional, nomeadamente o Regime Excecional de Re-

gularização de Atividades Económicas, cujo artigo 58.º passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO XIX

Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas

Artigo 58.º

1 — As Atividades Económicas a que se aplica o presente artigo são as abrangidas pelo Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERA) estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016 de 19 de julho, que cumulativamente:

a) Foram objeto de Deliberação de Reconhecimento de Interesse Público Municipal emitida pela Assembleia Municipal, em conformidade com o estabelecido na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do RERA;

b) Obtiveram deliberação favorável ou favorável condicionada em sede da conferência decisória, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 11.º do RERA.

2 — Sem prejuízo das alterações às restrições, servidões de utilidade pública e às condicionantes legais existentes, quando tal venha a verificar-se necessário e possível, nas situações identificadas são permitidas as ações de regularização, alteração ou ampliação das instalações existentes, quando tal se mostre imperativo para o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e nos exatos termos da respetiva conferência decisória.

3 — Os usos admissíveis pelo presente artigo são os previstos no regime legal suprarreferido.

4 — Cessada a atividade enquadrada pelo regime legal suprarreferido, as novas operações urbanísticas para as áreas em apreço ficam sujeitas à regulamentação respeitante à subcategoria de espaço constante no plano em vigor.

QUADRO

Lista dos Pedidos de Regularização

Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas

Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro

Tipo de atividade económica	Requerente	Localização	Deliberação da Assembleia	Conferência Decisória	
				Data	Decisão
Gestão de Resíduos . . .	SOTORRES — Transportes e Comércio, L. ^{da}	EN 110, Km 87,2 Freixo — União de Freguesias de Casais e Alviobeira.	30/09/2013	01/07/2016	RERA — Decisão favorável condicionada.
Gestão de Resíduos . . .	Jorge Oliveira — Reciclagem, L. ^{da}	Rua dos Traviscais, Vale Preso, União de Freguesias de Madalena e Beselga.	29/09/2015	09/06/2016	RERA — Decisão favorável condicionada.

b) Por força da introdução regulamentar mencionada na alínea anterior, são introduzidos o Capítulo XX, que mantém a epígrafe do anterior Capítulo XIX, e o artigo 59.º que mantém a redação do anterior artigo 58.º, que se transcreve:

CAPÍTULO XX

Normas revogatórias

Artigo 59.º

1 — É revogado o Plano Geral de Urbanização de Tomar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, 6 de outubro de 1992.

2 — São ainda revogados todos os planos de urbanização, planos de pormenor ou regulamentos de ordem idêntica ou inferior, bem como os despachos normativos camarários produzidos antes da data da entrada em vigor do PDM, que contrariem as presentes disposições, à exceção das UOPG 1, UOPG 2, UOPG 3 e UOPG 4.

611563003

Aviso (extrato) n.º 12098/2018

Lista de Ordenação Final Homologada

Nos termos conjugados do n.º 4, 5 e 6 ambos do artigo 36.º com a alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, artigos estes da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/1, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06/4, notificam-se os candidatos ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de seis postos de trabalho para a categoria/carreira de Assistente Operacional (na área de Educação) aberto pelo aviso n.º 10012/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 30/08/2017, que a lista unitária de ordenação final, dos candidatos, resultante da aplicação dos métodos de seleção, foi homologada por meu despacho de 6 de agosto de 2018.

Informa-se que a lista unitária de ordenação final se encontra afixada em local visível e público, nos serviços de Recursos Humanos e disponibilizada na página eletrónica da Câmara Municipal de Tomar, em www.cm-tomar.pt.

Assim, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º da Portaria, consideram-se, desta forma, notificados os candidatos do ato de homologação da lista unitária de ordenação final.

7 de agosto de 2018. — O Vereador da Câmara Municipal, *Hugo Renato Ferreira Cristóvão*.

311575454

Aviso (extrato) n.º 12099/2018

Celebração de contratos por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, após conclusão do procedimento concursal para preenchimento de três postos de trabalho, a que se refere o aviso n.º 10010/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167 de 30 de agosto, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Assistente Operacional (na área de Auxiliar), com as seguintes trabalhadoras, Célia Areias Moreira Santos, Maria Antónia Alves de Pina Almeida e Patrícia Alexandra Lourenço Peres, encontrando-se posicionados na 1.ª posição remuneratória, 2.º nível correspondente ao valor de 580,00 €, com efeitos a 16 de julho de 2018.

7 de agosto de 2018. — O Vereador, *Hugo Renato Ferreira Cristóvão*.

311575413

Aviso (extrato) n.º 12100/2018

Lista de classificação referente ao método de seleção prova escrita de conhecimentos

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 33.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontram afixados no Setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Tomar e disponibilizada na página eletrónica do município (www.cm-tomar.pt), os resultados referentes à prova escrita de conhecimentos realizada no âmbito do procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de um posto de